

Resumo: A grave crise sanitária, econômica e humanitária provocada pela pandemia de Covid-19 no Brasil, e as ações (e omissões) governamentais, levaram ao aprofundamento de desigualdades estruturais, atingindo ainda mais as populações já vulnerabilizadas, como moradores(as) de favelas e periferias. Neste trabalho, questionamos o enquadramento dado à pandemia e à favela em 2020, a partir da análise de diferentes discursos reproduzidos pela mídia comercial e pela mídia comunitária e coletados pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco na seção “Coronavírus nas Favelas”. Por meio da análise de discurso e seu processo interativo, nosso objetivo é acompanhar o envolvimento de diferentes atores na construção de políticas e de subjetividades, problematizando a arena política – e a própria política – nas favelas e periferias durante a pandemia.

Palavras-chave: Pandemia; Favelas; Enquadramento; Discurso; Política pública.

Abstract: The serious health, economic and humanitarian crisis caused by the Covid-19 pandemic in Brazil, and government actions (and omissions), have led to the deepening of structural inequalities, reaching even more vulnerable populations, such as favelas and peripheries dwellers. In this paper, we question the framework given to the pandemic and the favela in 2020, based on the analysis of different discourses reproduced by commercial and community media and collected by the Dicionário de Favelas Marielle Franco in the section “Coronavirus in the Favelas”. Through discourse analysis and its interactive process, our objective is to follow the involvement of different actors in the construction of policies and subjectivities, questioning the political arena – and politics itself – in favelas and peripheries during the pandemic.

Keywords: Pandemic; Favelas; Framework; Discourse; Public policy.

1. Introdução

A grave crise sanitária, econômica e humanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus, bem como as ações e omissões governamentais, levaram ao aprofundamento de desigualdades estruturais da sociedade brasileira, atingindo ainda mais as populações já vulnerabilizadas, como os moradores e moradoras de favelas e periferias. Grande parte deles perderam seus empregos – como as empregadas domésticas – ou sua fonte de renda – no caso dos trabalhadores

¹ É doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) e pesquisadora do projeto Dicionário de Favelas Marielle Franco. E-mail: polycarpo clara@gmail.com.

² É doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), pesquisadora sênior do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco. E-mail: profsoniafleury@gmail.com.

informais –, encontrando-se em uma situação de empobrecimento e impossibilitados de adotar as medidas não farmacológicas de prevenção, como o isolamento social e os cuidados básicos de higiene.

A ausência de medidas de vigilância e gestão territorial da pandemia em territórios de grande adensamento populacional e com precárias condições habitacionais e de saneamento por parte dos governos contribuiu para a disseminação do contágio e os óbitos entre a população de favelas e periferias. A princípio, a orientação governamental foi fechar algumas unidades básicas de saúde na primeira onda da doença, entre os meses de março e julho de 2020, concentrando seus esforços na área hospitalar. Só mais tarde, a rede de atenção primária pôde contribuir com iniciativas de organizações comunitárias para o enfrentamento da pandemia, ainda que esta atuação tenha sido insuficiente, esporádica e sem os devidos protocolos, equipamentos de proteção individual e coordenação com outros níveis de atenção à saúde, aumentando os riscos para os trabalhadores da saúde e para a população atendida.

A manutenção da *biopolítica da precariedade* (LEITE, 2020) ignorou a especificidade das favelas e periferias não apenas através dos seus aspectos coercitivos – como a continuidade das operações policiais e da criminalização de seus moradores e moradoras, por exemplo –, mas também através de seu aspecto discursivo governamental e midiático. Ao excluir as favelas e periferias da realidade do enfrentamento à pandemia e do atendimento de políticas para controle do contágio e seus danos (também econômicos), governo e parte da mídia comercial ignoraram a especificidade dos determinantes sociais responsáveis pelas condições de contágio nesses territórios. Ao assim proceder, agentes públicos e privados operam a negação da cidadania, efetivamente um contradireito (FLEURY, 2011) a essa parcela da população, não reconhecendo suas necessidades e especificidades como legítimas e politicamente capazes de serem incluídas na agenda pública.

Diante dessa situação, em muitas favelas do Brasil todo – mas, especialmente, neste caso, do Rio de Janeiro –, organizações, lideranças e moradores(as) se mobilizaram através de diferentes meios e articulações para propor estratégias no enfrentamento à pandemia, disputando espaço na construção das políticas para a cidade e lutando pela sua sobrevivência. (FLEURY; MENEZES, 2020) identificaram diferentes formas de organização e distintas formas de ação coletiva, decorrentes de capacidades e recursos previamente existentes em cada território que puderam ser mobilizados, além de apoios que potencializaram a gestão territorial e a comunicação comunitária no combate à pandemia.

As mídias comunitárias já vêm protagonizando muitos movimentos desde a última década, tensionando as narrativas sobre as periferias e favelas nas grandes cidades brasileiras. Não só por meio de jornais já reconhecidos, como o *Jornal Voz das Comunidades*, do Complexo do Alemão, e o *Maré de Notícias*, do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, mas também pela internet, pelas redes sociais de lideranças e moradores(as) ou nos espaços de mídia progressista. A partir de rádios comunitárias e diferentes veículos de comunicação, a realidade das favelas e periferias encontra novos interlocutores, chegando a um maior público dentro e fora de seus territórios e trabalhando para a problematização das narrativas vigentes na grande mídia, que, na maioria das vezes, constrói a imagem da favela e dos favelados exclusivamente através da violência, da criminalização, da pobreza ou da ausência do Estado.

Por meio de suas próprias vozes, de forma cada vez mais ampla e capilarizada, favelados(as) e moradores(as) de periferias disputam sua memória e seu lugar na cidade, superando estereótipos e representando toda a potência de sua história e luta. Esta maior visibilidade parte de um processo mais geral, que pode ser observado e compartilhado nas pesquisas em favelas e na literatura recente, denominado por Tiarajú D'Andrea (2013) como a emergência do *sujeito periférico*. Trata-se da afirmação e positivação da identidade da juventude de favelas e periferias, construída em torno da polarização entre carências e potências, lugar desde o qual, através de manifestações culturais e estéticas³, problematizam questões de classe, raça e gênero.

É justamente no interior dessas disputas de narrativa e discurso que o sujeito favelado se constitui, em crítica e/ou identificação com os enunciados em que ele é inscrito – ou enquadrado. Por isso, a comunicação comunitária tem sido campo importante no processo de construção e articulação dos movimentos sociais e da própria arena pública. No atual contexto de crise, nas favelas e periferias, a movimentação para o enfrentamento à pandemia tem sido potencializada pelo acesso às redes e tecnologias de comunicação, por meio das quais os atores políticos difundem informações sobre prevenção através de vídeos, áudios e cartilhas; pelas denúncias, pedidos de apoio e articulações entre favelas e coletivos para ações de prevenção; além, é claro, da produção de forma crescente artigos de

³ Aqui, vale a pena mencionar as batalhas de slams e hip hop que se difundiram nas favelas e periferias e que representam essa construção do sujeito periférico em movimento, levando uma multidão de jovens a se confrontarem e/ou torcerem por aqueles que, por meio das palavras e músicas, transformam o imaginário social sobre as favelas e os favelados. Dessa forma, constroem autoestima e novas formas de auto e heterorreconhecimento, além de novas formas de ocupar e produzir a cidade e seus espaços de disputa.

opinião, pesquisas e dados preocupados em representar a favela através de suas próprias práticas não só no campo político, mas também no campo científico. Diversas análises e propostas têm sido construídas por meio da rede, sendo compartilhadas nos jornais comunitários por seus próprios atores ou ecoando em jornais da mídia de massa através de alguns de seus representantes.

Com o objetivo de acompanhar esta mobilização, o Dicionário de Favelas Marielle Franco (www.wikifavelas.com.br), por meio de sua plataforma *online*, se propôs a reunir um conjunto de materiais, notícias, ações e análises a respeito da realidade das periferias e favelas neste contexto, de forma a apoiar na divulgação, na articulação e no enfrentamento à pandemia. O Dicionário de Favelas Marielle Franco, projeto sediado no ICICT-Fiocruz, nasce com a proposta de fortalecer estas vozes e sujeitos. Na seção “Coronavírus nas favelas”⁴, dez páginas coletam e compartilham diferentes conteúdos, de diferentes veículos, atores e motivações.

Neste estudo, pretendemos aprofundar a análise dos discursos que se encontram na mesma plataforma na seção intitulada “Análises e propostas sobre a realidade do coronavírus nas favelas”⁵, que reúne artigos de opinião, discussões acadêmicas, pesquisas, dados, entrevistas e documentos de moradores(as) e intelectuais com denúncias, propostas ou reflexões sobre o momento atual. A proposta é que, com base nesses materiais, seja possível analisar quais têm sido os argumentos dos moradores(as) e intelectuais sobre a luta por direitos de cidadania em meio à pandemia, em especial a crise do novo coronavírus sob o recorte das favelas e periferias do Rio de Janeiro, e refletir sobre em que medida esses discursos reenquadram a pandemia, a favela e os favelados.

2. Construindo o caminho metodológico para a análise de discurso

As formas de representação de territórios e corpos favelados têm na mídia comercial um aporte que os enquadra, majoritariamente, de maneira negativa – vide as manchetes e noticiários que reproduzem as favelas e periferias do Brasil como territórios única e exclusivamente da criminalidade violenta. O discurso, portanto, que dá significado a estas representações é objeto central na luta por subjetivação e direitos de cidadania para suas populações. É por isso que, como

⁴ Esta seção está em destaque na Plataforma do Dicionário de Favelas Marielle Franco e possui dez páginas vinculadas, incluindo a página que será aqui analisada. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coronav%C3%ADrus_nas_favelas. Acesso em: 27 abr. 2022.

⁵ Nesta página constam mais de 150 artigos de opinião, artigos acadêmicos, pesquisas, relatórios e entrevistas coletados pela equipe do Dicionário de Favelas Marielle Franco. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php?title=An%C3%A1lises_e_propostas_sobre_a_realidade_do_coronav%C3%ADrus_nas_favelas. Acesso em: 27 abr. 2022.

parte da disputa pela representação do território e do sujeito favelado, e, além disso, da própria pandemia como contexto, tomaremos como objeto o *discurso*. A análise de discurso, disciplina construída a partir da interseccionalidade entre a linguística, a semiótica e a sociologia, considera o discurso como a materialidade da ideologia que liga língua-sujeito-história e relaciona ambos com o gesto da interpretação (ORLANDI, 2006). Nesta definição, a ideologia é tida como uma prática, um funcionamento discursivo, enquanto a linguagem é uma prática social simbólica, estando o sujeito inscrito no discurso e na história. Ou seja, ao buscar refletir a respeito dos argumentos apresentados por diferentes atores (sujeitos) sobre determinados assuntos, suas inserções sociais e seus lugares de fala devem ser considerados, junto ao contexto histórico e material em que se encontram, inclusive, as relações estruturais de poder – afinal, discurso é saber e é poder (FOUCAULT, 2006), da mesma forma que também, nele, no sujeito e na linguagem, estão incorporados diferentes *habitus* e tipos de capitais que são hierarquizados a partir de uma estrutura social desigual (BOURDIEU, 1989).

Aqui, portanto, nos interessa tratar o discurso a partir da afirmativa de Fairclough (2008, p. 22) de que “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’...”. Nesse sentido, a dimensão simbólica do poder ganha centralidade na análise política (LACLAU; MOUFFE, 2001), enfatizando, na luta pela hegemonia, a disputa de significados na construção de cadeias de equivalentes que permitem construções discursivas que possibilitam novas subjetividades e podem, ou não, transformar relações de subordinação em relações de antagonismo.

Na perspectiva da mudança política, Schmidt e Radaelli (2004, p. 193) definem o discurso e seus conteúdos “*as a set of policy ideas and values, and its terms of usage, as a process of interaction focused on policy formulation and communication*”. Na medida em que o discurso deve ser inserido no contexto institucional como parte de um vasto conjunto de regras – culturalmente enquadradas, dependentes da trajetória e baseada em interesses –, a abordagem do Institucionalismo Discursivo permite superar o *gap* entre as análises centradas nas instituições e no ator, ou seja, entre estrutura e agência.

Metodologicamente, a análise do discurso vai além da inteligibilidade do discurso, para permitir sua interpretação e compreensão, ou seja, como um objeto simbólico produz sentidos, como está investido de significância para e por sujeitos (ORLANDI, 2015, p. 24). Deve-se considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, e que o sujeito que fala, portanto, interpreta (ORLANDI, 2015, p. 58). Da mesma

forma, o analista está envolvido na interpretação. Assim, além do rigor do método e do dispositivo teórico da interpretação, a seleção do material e sua compreensão dependerão da questão que o analista formula: “Uma análise não é igual a outra porque mobiliza conceitos diferentes, e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais... O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (ORLANDI, 2015, p. 25). Nossa questão analítica pode ser formulada na comparação em *como* as mídias comerciais e as mídias comunitárias trataram a pandemia e *como* tais enquadramentos se situam na disputa de significados e construções identitárias.

Concernente ao método de análise destacamos o conceito de formações discursivas. Michel Foucault (2013, p. 14) propõe que diante do “grande zumbido incessante e desordenado do discurso... é preciso analisá-lo: questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante”. A materialidade dos discursos e sua interconectividade com outros discursos são elementos fundamentais para tratar os discursos como acontecimentos históricos e sociais, e não como verdades e criação de um autor. O conceito de Formação Discursiva (FD) desenvolvido por Foucault é retomado por Pêcheux como sendo “aquilo que em uma da formação ideológica determina ‘o que pode e deve ser dito’” (apud FAIRCLOUGH, 2008, p. 52), sendo que os sentidos específicos de cada FD são determinados por sua relação com outros discursos: os interdiscursos. Para Orlandi (2015, p. 156), as consequências de uma análise das FD são claras: “Se o discurso é uma materialidade histórica sempre dada, na qual os sujeitos são interpelados e produzidos como “produtores livres” de seus discursos... a questão primordial cessa de ser a subjetividade produtora do discurso e torna-se a das formas de existência histórica da discursividade”.

Portanto, analisaremos os discursos – e os interdiscursos – a partir do acontecimento *pandemia* que os provoca, buscando identificar diferentes formações discursivas que materializam as ideologias de seus enunciadores e as articulam a outros discursos que disputam significados e hegemonia. No cerne desse tipo de operacionalização, baseado em um aspecto do *frame analysis*, ou enquadramento, da microssociologia de Erving Goffman (1974), também considerada como Institucionalismo Sociológico, reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas de determinados atores e contextos. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido,

convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa que denuncia e/ou propõe algum tema. O enquadramento pode definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e sugerir soluções, ficando evidente sua dimensão política.

Ao tratar o material discursivo é necessário proceder à construção de um *corpus*, ou seja, analisar uma materialidade discursiva que supõe estruturar o campo dos arquivos submetidos à análise, em um processo de seleção que efetua uma pré-análise dos dados. Não se trata de um banco de dados ou de uma amostra representativa, mas de um material que foi organizado pelo analista em função de sua hipótese. Para tanto, neste artigo, tomamos como amostra a seção “Coronavírus nas Favelas”, especificamente na seção intitulada “Análises e propostas sobre a realidade do coronavírus nas favelas”, uma página de coleta e organização de pesquisas mantida pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco, em que se apresentam os principais argumentos mobilizados por moradores(as), lideranças e intelectuais no enfrentamento à pandemia nas periferias e favelas do Rio de Janeiro, através de diferentes manifestações expressas em veículos comunitários, da grande mídia ou de revistas acadêmicas, durante os meses de março e junho de 2020. Portanto, esta pesquisa é restrita e não considera a totalidade de materiais já produzidos sobre este tema no período em estudo. Dessa forma, suas conclusões não poderão ser imediatamente generalizadas a outros territórios e populações.

3. Analisando enquadramentos e discursos sobre a pandemia

Com foco no discurso construído por esses atores de diferentes inserções sociais – como moradores e moradoras, lideranças, ativistas ou pesquisadores, pesquisadoras, intelectuais e jornalistas –, pretende-se levar em consideração a inserção das ideias/argumentos em seus contextos de significado e sentido (quem, quando, como, onde e para quem). Para além da lógica comunicacional, as ideias serão consideradas em seus processos interativos, reconhecendo a estrutura social e a agência dos atores. A inspiração para esta análise está no *discursive institutionalism* (DI) proposto por Vivien Schmidt, que, neste caso, considerará não apenas os discursos institucionais, mas os discursos políticos e científicos como campos de disputa no âmbito institucional. As instituições em DI são vistas como estruturas estruturantes e estruturadas (BOURDIEU, 1989), que se constroem a partir do *background* de habilidades ideacionais dos agentes institucionais e do *foreground* de habilidades discursivas dos atores políticos, em relação. O conteúdo do discurso, portanto, não é objetivo, mas subjetivo, pois os próprios agentes e atores são

mutuamente construídos em seu processo de interação. Uma abordagem a partir do discurso pode, então, contribuir para a compreensão da ação política, ao considerar que ideias e discursos importam e causam determinadas influências na realidade política, possibilitando mudanças institucionais – e, até mesmo, estruturais.

A pluralidade de narrativas é princípio fundamental da plataforma Dicionário de Favelas Marielle Franco e batalha importante a ser travada por grupos e movimentos sociais em ação nesses territórios. Dessa forma, o recorte à análise dos discursos e da possível disputa de narrativas nesse contexto disruptivo de crise pandêmica é capaz de elucidar a luta de décadas por políticas públicas, cidadania e direitos. Há, portanto, intersecções ou diálogos dos movimentos com os intelectuais? Há controvérsias em relação ao discurso dominante? Há, para além de denúncias afins, propostas que sejam coincidentes? Quais contribuições podem ser consideradas para pensarmos a política nas favelas durante e após a pandemia?

No caso dos textos, ou seja, material escrito e publicado, a análise interacional do discurso (e de sua situação) se dá a partir do veículo de divulgação e do direcionamento específico de seu público, além do formato do texto e da sua proposta de argumentação. Analisamos diferentes contribuições que contam com artigos de opinião, discussões acadêmicas, pesquisas e dados, entrevistas e documentos, levando em consideração o tipo de narrativa e o tipo de diálogo que possibilitou sua publicação. Os principais temas encontrados nesta seleção foram aqueles que, por exemplo, tratam sobre desigualdades e direitos, letalidade e (in)segurança, ou redes de mobilização e apoio⁶ – totalizando 32 dos 78 materiais coletados na página neste período. Aqui, os materiais analisados estão dentro de um recorte temporal de março a junho de 2020, como o período inicial da pandemia e do debate sobre seus impactos e consequências no Rio de Janeiro e Região Metropolitana, e serão considerados a partir dos sentidos e do que estes carregam de memória e discurso no (re)enquadramento das relações de força para a reflexão sobre a realidade pandêmica nas favelas e periferias.

Neste caso, os sentidos e o que estes sentidos carregam de memória são importantes para a construção do discurso – e da própria realidade. Como aponta Orlandi (20115), os discursos são construídos (e constituídos) de: memória discursiva ou interdiscurso, pautados no que têm de esquecimento; memória institucional (ou

⁶ Aqui, faz-se necessário reforçar que, num amplo campo de discursos reproduzidos pelos diferentes atores, esta análise leva em consideração parte daqueles que foram coletados e inseridos na plataforma do Dicionário de Favelas Marielle Franco – WikiFavelas (www.wikifavelas.com.br), não se esgotando, portanto, todas as narrativas e repercussões possíveis. A seleção de conteúdos a serem analisados neste breve artigo também considera apenas aqueles em que há denúncias e/ou planos de ação.

arquivo), relacionados ao que não se esquece, através das instituições; e memória metálica, em referência à mídia e às tecnologias de comunicação e circulação de discursos. As diferentes formas de memória acarretam diferenças no circuito constituição/formulação/circulação e também afetam a função autor e o efeito leitor. Isto porque qualquer forma de memória tem uma relação necessária com a interpretação (e, conseqüentemente, com a ideologia). Aliada à questão da memória está o fato de que a forma material que é o texto mexe com a natureza da informação e produz efeitos sob o modo como ela funciona. E, por isso, a realidade e, propriamente, os sujeitos, são constituídos a partir dessa trajetória.

i) O sentido de denúncia e seu interdiscurso

Logo no início da pandemia, em março de 2020, quando os órgãos públicos ainda buscavam se posicionar a respeito das medidas de prevenção da população brasileira face ao novo coronavírus, lideranças e coletivos de favelas já se organizavam para pensar os seus impactos nos territórios. A luta histórica por direitos fundamentais tem como protagonistas os movimentos de favela, que, reconhecendo a realidade de seu cotidiano, anteciparam a necessidade de organização local. Para as lideranças que começaram desde cedo a se organizar, a certeza é que, quando chegasse às favelas, a pandemia aprofundaria as desigualdades estruturais preexistentes. Esta representação de discursos demonstra que, para além da atual crise sanitária, o enquadramento das favelas, em seu aspecto político, ainda é marcado pela “falta” – mesmo que, por meio da articulação comunitária, sejam construídas propostas de transformação da cidade e da sociedade.

Os artigos de opinião e os chamados de moradores e moradoras de favelas⁷ começaram a circular ainda na segunda quinzena de março, e já pontuavam as desigualdades e os distintos impactos que a pandemia poderia causar às populações das favelas. Dentre os mais citados, por diferentes atores, estão as desigualdades de raça, classe e gênero, que, historicamente, reproduzem violações de direitos relacionados à infraestrutura, como ausência de saneamento básico, moradia, acesso à água e a equipamentos de saúde, precarização do trabalho e (in)segurança, dada a constante criminalização e marginalização da juventude favelada por meio das operações policiais e do encarceramento de negros e negras. Aqui, trazemos alguns destes discursos e interdiscursos, que levam em consideração a memória da luta por cidadania e direitos nas favelas e periferias do Brasil.

⁷ Todos os materiais aqui referenciados constam na página intitulada “Análises e Propostas sobre a Realidade do Coronavírus nas Favelas”, disponível na plataforma do Dicionário de Favelas Marielle Franco: https://wikifavelas.com.br/index.php/An%C3%A1lises_e_propostas_sobre_a_realidade_do_coronav%C3%ADrus_nas_favelas. Acesso em: 27 abr. 2022.

Um argumento importante, que tem como expoente o artigo de Gizele Martins, comunicadora do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, publicado no Jornal *Brasil de Fato*, em março de 2020, aponta para o caráter classista das medidas protetivas para combate ao coronavírus. Uma das primeiras orientações de saúde era a necessidade de lavar as mãos, com água e sabão, para evitar o contágio. A realidade, porém, de desigualdade de distribuição e acesso à água em favelas e periferias impede esse hábito, tão comum, mas, ainda privilegiado. Mônica Cunha, liderança negra na luta das mães vitimadas pelo Estado, no Rio de Janeiro, em artigo de opinião publicado no Jornal *Catarinas*, aponta ainda a realidade das mulheres negras, em especial, que, há décadas, são o pilar de todos os aspectos da vida material nas favelas e periferias e que, com isso, são vulnerabilizadas emocionalmente. Além disso, traz para o debate a situação da população encarcerada, majoritariamente negra, que estaria submetida a maiores riscos neste momento. O posicionamento político desta narrativa indica um lugar de fala especial daquelas pessoas que vivem situações de risco, assim como seus vizinhos e parentes, e identificam a vulnerabilidade como expressão do domínio de classe. Estes discursos se distinguem do tratamento dado pela mídia comercial tanto no seu conteúdo quanto na interação discursiva que propõem estabelecer.

Como forma de recortar a realidade das condições de isolamento social, por exemplo, uma pesquisa da ONG Casa Fluminense, de final de março, traz um conjunto de dados sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e analisa as condições de moradia e assistência social das favelas e periferias. Esses dados são importantes para refletir sobre os impactos no atendimento à população em situação vulnerável, que, desde antes da pandemia, já tinha seus direitos violados. Segundo a pesquisa, mais de 300 mil casas possuem mais de três pessoas compartilhando um único quarto. Além disso, no Rio de Janeiro e em Nova Iguaçu, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) não são suficientes, deixando mais da metade da população sem atendimento. A precarização, portanto, do atendimento ofertado prejudica ainda mais a assistência às populações de baixa renda, agravando a crise pandêmica em territórios de favelas e periferias. Além de trazer a questão do direito à moradia para o debate, também inserem o direito constitucional à assistência social como uma necessidade que se acentua durante a pandemia. Dessa forma, os dados apresentados se tornam base para que novas ideias, discursos e análises possam ser realizados, indicando que as políticas públicas habitacionais e assistenciais seriam a chave para o enfrentamento da pandemia nestes territórios.

Chegando às academias e às mídias comerciais, pesquisadores do INCT-InEAC/UFF, no final de março, publicaram um artigo, no Jornal *O Globo*, em que criticam as medidas governamentais que reforçam a estrutura escravocrata e desprezam os direitos de cidadania. Com trajetória de estudos sobre as representações e práticas do direito no Brasil, os autores reconhecem que a estrutura jurídica não garante o exercício de um mínimo de direitos comuns a todos os cidadãos. Também apontam para a vulnerabilidade das mulheres frente à sobrecarga de trabalho e ao aumento dos casos de violência doméstica. Ao propor a compreensão de coletividade e valorização da ciência, educação e saúde públicas, acadêmicos procuram fortalecer o movimento comunitário de denúncia e a proposição de políticas para o enfrentamento à pandemia. Similarmente aos discursos de moradores, chamam a atenção para a necessidade de implementação de um conjunto de políticas públicas, para além das medidas sanitárias, para proteger as populações faveladas.

Para a ONG Fase, no Rio de Janeiro, a pandemia representa mais uma das situações em que as populações de favelas e periferias estão submetidas a uma sobreposição de tipos de violência. Analisando os contingenciamentos públicos do estado do Rio de Janeiro, segundo a ONG Fase “quem fica com os piores efeitos da Covid-19 são os que já não têm acesso a direitos”. Com isso, reforça-se a situação de precariedade dos serviços de saúde e saneamento básico, que, a partir da lógica neoliberal, têm sido cada vez mais sucateados, tanto no direito ao atendimento básico de saúde quanto no direito à água. Ainda que com um discurso que se alinha às denúncias dos moradores, esta análise enquadra a questão desde uma perspectiva menos imediata e mais ampla, que afeta toda a sociedade brasileira, em especial os mais pobres, com as políticas de austeridade e corte dos gastos públicos.

O blog *Favela em Pauta*, também em final de março, publica manifesto “As favelas não querem parabéns, ministro Mandetta”, que critica a fala de Mandetta, Ministro da Saúde à época, que parabenizara as ações comunitárias desenvolvidas nas favelas e periferias. Com este manifesto, denunciam a falta de ações voltadas para a favela durante a pandemia, dizendo que os parabéns não são necessários, mas a coragem para agir e garantir os direitos da população mais pobre, sim.

O debate, portanto, sobre o “vírus democrático” que vinha enquadrando os discursos da grande mídia – pois o vírus não escolheria a quem contaminar – passa a ser cada vez mais problematizado, visto que em territórios onde o Estado e a assistência não chegam, o vírus, impreterivelmente, chegará e causará maior letalidade, se não houver políticas adequadas e efetivas que considerem as condições

das favelas e periferias. Artigo de Emanuelle Goes, publicado no Portal Geledés, enquadra a discussão sob a perspectiva racial, denunciando que a falta de dados desagregados por cor/raça, no Brasil, pode vir a negligenciar a percepção sobre o impacto da pandemia na população negra, como já negligencia sobre outras doenças. São as pessoas negras que vivem em situação de vulnerabilidade, seja no contexto de rua, de prisão ou nas moradias precárias – onde o racismo estrutural se faz presente. Em países desiguais, o racismo é determinante social da saúde, pois as condições de morte e de vida das pessoas negras são atravessadas por eles. Segundo a autora, as sociedades estruturadas pelo racismo organizam as vidas de pessoas negras e brancas em “deixar viver, deixar morrer”, que se aprimora ao longo do tempo.

ii) O sentido de ação e seu discurso

Já no segundo mês de avanço da pandemia no Brasil, uma reflexão sobre as perdas e mortes da atualidade é feita por José Cláudio Souza Alves, professor e pesquisador, em artigo publicado no blog *ContraPoder* no começo de abril. Neste momento, a mídia comercial já vinha noticiando as mortes relacionadas ao coronavírus, e os marcadores reconheciam a maior mortalidade da população pobre e negra. O autor faz, então, uma analogia das mortes das populações periféricas com a realidade das mortes provocadas pelas milícias na Baixada Fluminense: são ambas mortes ocultadas, com ou sem o corpo. No entanto, essa triste realidade local é vista pelo autor como sinal de que estamos entrando numa nova fase de mortes globais, numa escala capitalista, fazendo com que, assim, a morte siga seu percurso de exaltação nacional. Porém, cada cadáver será uma semente para construção de um novo mundo, sem donos, senhores nem carrascos. A perspectiva dos ativistas em relação à insurgência diante da mortandade que se avizinha é corroborada por Tiarajú Pablo D’Andrea, ativista e acadêmico, em entrevista para o canal Tibungo, em final de abril, na qual afirma a necessária organização social para resistir à crise, com propostas de resistência e autogestão das comunidades e das redes solidárias para mitigar a catástrofe.

Em artigo publicado em abril, no *Le Monde Diplomatique Brasil*, Marcelo da Silveira Campos, pesquisador, debate sobre a reação sociopolítica à Covid-19, que passa a constituir um maior risco para o alastramento da doença em nosso território e um novo genocídio da população pobre e periférica do país. Para o autor, a defesa política do “isolamento vertical” (e os seus defensores) representam o maior risco à nossa democracia, bem como, representam a continuidade e reprodução do que ele propõe como uma “cidadania vertical”, em que a cidadania só é garantida para as classes média-altas e altas. Dados da Coalização Negra por Direitos (e mais 150

entidades) revelam justamente, com base no último boletim epidemiológico, que o coronavírus é muito mais letal entre negros, sendo os mais hospitalizados e os mais dependentes do SUS. Além disso, relacionado a gênero, classe e raça no Brasil, pode-se observar que mais da metade das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. Portanto, a defesa do isolamento horizontal é mais do que necessário, é afirmação da cidadania universalizante. No entanto, só é possível ser alcançado com as medidas necessárias efetivadas pelo poder público.

Em carta aberta, publicada também em abril nas redes sociais, o Coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão exige apoio e responsabilização do poder público para a promoção de testes nas favelas, encaminhamentos dos casos confirmados ao atendimento especializado e distribuição urgente de água para todos; além disso, pede apoio da população da cidade para a reprodução de materiais e outros recursos para comunicação comunitária; inclusive, doações de cestas básicas, kits de higienização e apoio psicológico para tratamento da população. A organização coletiva, portanto, em meio ao descaso e à falta de planejamento do Estado, toma a frente na garantia de subsistência dos seus em meio à crise e propõe uma agenda pública de medidas que precisam ser tomadas pelo poder público. Conscientes de que a narrativa hegemônica iria culpabilizar as favelas pela proliferação do vírus na cidade, os atores apontam que, por outro lado, seriam as favelas as mais afetadas pela histórica falta de direitos básicos.

Uma carta manifesto de abril do coletivo #CoronaNaBaixada, com assinatura de diversas organizações e redes, também reforça a garantia de algumas medidas para a população das periferias, como a realização de testes em pacientes com sintomas; medidas de redução de circulação e aglomeração de pessoas; renda para trabalhadores informais e formais que tiveram contratos suspensos ou foram demitidos, além da medida de transferência de renda com a proposta de renda básica emergencial; acesso à água potável e higienização periódica das ruas; insumos para população em situação de rua, pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social; política de segurança pautada por ações articuladas e inteligência; e monitoramento que permita identificar e intervir em situações de violência doméstica e outras formas de abuso. Ou seja, a partir de uma análise da conjuntura das populações já marginalizadas, os atores propõem políticas de gestão da crise, tanto sanitária quanto econômica, a partir da assistência aos mais vulnerabilizados.

Observa-se que há um deslocamento no enquadramento inicial presente no mês de março, com foco nas denúncias, para a elaboração de uma agenda pública e privada necessária para garantir a sobrevivência das populações de favelas e periferias.

A União dos Movimentos por Moradia e a Central de Movimentos Populares, em abril, lançam um manifesto nas redes sociais sobre a situação das favelas que, mesmo com ações concretas de solidariedade, exigem medidas urgentes do Estado no enfrentamento ao caos e à tragédia social em curso. Uma dessas medidas é a urgência de acesso à renda, com a liberação da renda básica emergencial – que, mesmo que aprovada pelo Congresso, seguia retida. A crítica frente à postura do atual chefe do executivo também reforça a política genocida, que age na contramão das recomendações da Organização Mundial da Saúde, incentivando o fim do isolamento social. Além do pagamento da renda básica, exigem a suspensão dos despejos e reintegrações de posse, com isenção das taxas de gás, água, energia e prestações de mutuários de programas habitacionais.

A construção dessa agenda pública não se restringe às medidas sanitárias de vigilância, como testes, ou de provisão de condições de isolamento, mas incluem uma pauta econômica com liberação de auxílio emergencial e isenção de taxas de serviços públicos, assim como a suspensão de ações judiciais de remoção de moradores e perda de propriedades por inadimplência.

A Agência Pública, na primeira semana de maio, publica em sua página uma pesquisa com dados analisando o crescimento das mortes por Covid-19 entre negros, inclusive em relação aos bairros de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas. Com isso, seus pesquisadores denunciam a subnotificação de casos e de mortes, além da falta de testes, principalmente em bairros e regiões mais pobres, apresentando que negros têm morrido mais. Isto se dá também pela falha nos dados sobre a população negra brasileira no geral, que se apresenta como mais uma das fases do racismo estrutural – como já apontava Emanuelle Goes, em março. À medida que a pandemia avança nas favelas e periferias, o enquadramento do racismo estrutural adiciona o componente de subnotificação como crucial no entendimento da questão.

Em artigo publicado em maio na revista do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFRJ, alunos de psicologia analisam a situação da Covid-19 nas favelas cariocas, como um “limiar entre os direitos humanos e as desigualdades sociais”. Para os(as) autores(as), a pandemia é um importante dispositivo para fazer ver e falar a dura realidade de desigualdade das favelas e periferias no nosso país, porém, ainda de forma problemática. A “problemática” está na forma de representação das favelas e periferias durante a pandemia, não por suas particularidades, mas ainda como um grande “perigo” à sociedade, pelas suas condições de vulnerabilidade. Ou seja, para eles, mesmo que

as favelas estejam tomando as páginas da grande mídia em denúncias sobre a realidade de desigualdades, o efeito de enquadramento dessas desigualdades tem reforçado o estigma das favelas enquanto “perigosas” – até mesmo para propagação do novo coronavírus. No Brasil, o que tem determinado quem vive ou morre em decorrência das complicações do vírus são fatores socioeconômicos, com um componente racial muito forte entre os “determinantes de risco”, junto ao agravante de gênero, o que reforça a realidade da *necropolítica* (MBEMBE, 2018) na expressão do governo da vida e da morte.

4. Construindo reenquadramentos, redes e sujeitos políticos

Diante da repercussão de denúncias e programas de ação, em articulação com redes comunitárias e acadêmicas, a representação da pandemia a partir das favelas (e seus favelados) vai tomando outro enquadramento. Os discursos tomam forma de ação política, constituindo, por sua veiculação, sujeitos políticos. Os materiais coletados pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco demonstram este percurso e os sentidos de ação que reenquadram a própria pandemia na realidade em questão. Por exemplo, por meio da articulação com 79 entidades, redes, coletivos e movimentos da sociedade civil – incluindo o Dicionário de Favelas Marielle Franco –, o Fórum Nacional da Reforma Urbana publicou/encaminhou um documento político com a proposição de medidas urgentes para combate ao novo coronavírus nas diversas periferias do país, na perspectiva do direito à cidade e da justiça social. O documento traz uma série de propostas de ação, divididas em 13 frentes, que incluem: a elaboração de planos emergenciais pelos municípios, estados e governo federal; a garantia do acesso a equipamentos e serviços de higiene e alimentação; a garantia de acesso aos serviços básicos de promoção e universalização do saneamento; o auxílio financeiro às famílias de baixa renda; o fortalecimento das ações comunitárias e dos espaços de participação social; as campanhas de informação e comunicação; a promoção da mobilidade; o direito universal à saúde pública de qualidade, com o fortalecimento do SUS; a segurança de posse e direito à moradia; a solidariedade à população em situação de rua, com condição de acolhimento; o fim da política de militarização dos territórios populares; uma política de prevenção do Covid-19 nas prisões; e uma nova política econômica justa, democrática e sustentável. É importante observar que progressivamente vão se adensando tanto a agenda de políticas públicas demandadas pela sociedade quanto a articulação entre diferentes atores em redes e redes de redes.

Uma outra proposta, lançada também em maio, articula lideranças do Complexo do Alemão, da Cidade de Deus, do Complexo da Maré, da Rocinha e do Santa Marta com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em diálogo com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), para o desenvolvimento de um plano de ação para enfrentamento à Covid-19 nas favelas e periferias. O documento traz 13 ações de prevenção, atendimento médico e apoio social para evitar novas infecções e reduzir o impacto da pandemia nos moradores(as) das favelas. Ou seja, se posiciona reconhecendo as ações necessárias de prevenção e comunicação, com apoio à campanha “Se Liga no Corona”, da Fiocruz, organização de teleatendimentos para serviços de saúde, proteção aos vulneráveis e aos mais expostos ao novo vírus, como trabalhadores de serviços essenciais, e ação de desinfecção de vias públicas das favelas, além da implantação polos de atendimento exclusivo à Covid-19 nas favelas, com o uso de espaços públicos, como escolas, e do fortalecimento das unidades básicas de saúde e de assistência social. Como forma de potencializar as iniciativas comunitárias já em andamento, as lideranças propõem a ampliação do Painel de Situação, da Fiocruz, e a instalação de centros de referência para monitoramento dos dados. Desde então, a problemática dos dados é posta em debate, visto a necessidade de monitoramento da pandemia nas favelas e periferias.

Em nota pública publicada no final de maio nas redes sociais, o “Movimento de Favelas na Luta contra a política de segurança de Wilson Witzel” denuncia as diversas operações policiais que continuam por tirar a vida de pessoas negras e faveladas, impedindo o trabalho social e colocando a vida de todos e todas em risco, ao afetar a vida física e a saúde, física e mental, de milhares de moradores e moradoras de favelas e periferias do Rio de Janeiro. Na sequência, Flávia Oliveira, colunista do jornal *O Globo*, publica um artigo que debate sobre a intensificação das operações e mortes decorrentes de intervenções policiais no Rio de Janeiro durante a pandemia, denunciando o grande número de mortes nas periferias não só em razão do coronavírus, mas também pelas operações e intervenções policiais.

Sob esta denúncia, o Fórum Social de Manguinhos também se posiciona através de suas redes sociais, visto que, segundo seus organizadores, as frequentes operações policiais continuam a tirar a vida de pessoas negras e faveladas e impedem o trabalho social de combate ao coronavírus, colocando a vida de todos(as) em risco. Para tanto, responsabilizam o governo do estado do Rio de Janeiro pelas mortes em operações policiais e pelo genocídio negro. No dia seguinte

à nota, os(as) pesquisadores(as) Daniel Hirata, Ibis Pereira, Jurema Werneck e Julita Lemgrunber dão entrevista ao jornal *G1* com críticas à política de segurança pública do Rio de Janeiro e denúncias sobre a falta de transparência nas operações policiais contra alvos pobres e pretos das periferias e favelas.

É neste contexto que a pesquisadora Márcia Leite, professora e pesquisadora, publica, na revista acadêmica *Dilemas*, artigo sobre o aperfeiçoamento da *biopolítica da precariedade*, com denúncias sobre o “fazer viver” e o “deixar morrer” que se ampliam e se aprofundam a respeito do governo dos pobres na gestão da pandemia. No final de maio, José Clayton Murilo Cavalcanti Gomes publica artigo no *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre as tecnologias de gestão da morte e como a pandemia tem trazido à tona novas formas de tecnologias de gestão da morte, que descentralizam o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer, exurgindo-se, ao que parece, uma expansão do poder de expor à morte. Dessa forma, o autor denuncia a precariedade de vidas desnecessárias ao neoliberalismo e como o poder público tem agido na expansão do poder de expor à morte, principalmente de negros e pobres. Trata-se de uma abordagem que vai se tornando cada vez mais frequente nas análises sociológicas, que enquadram as situações atuais através das lentes da biopolítica de Michel Foucault e da *necropolítica* de Achille Mbembe (2018).

A mobilização destes atores e coletivos, portanto, foi responsável pelo reenquadramento da realidade da pandemia nas favelas e periferias (e nas cidades) através das ações direitas, é claro, e da incorporação de seus discursos em pesquisas, artigos e documentos públicos. Por exemplo, frente às extremas desigualdades e ao aprofundamento do racismo durante a atual crise sanitária, a Coalização Negra por Direitos se manifestou, no começo de junho, com o documento “Enquanto houver racismo, não haverá democracia”. Nele a exigência de erradicação da prática genocida contra a população negra aparece como denúncia, em meio aos interesses de um programa de governo que exclui e “deixa morrer” a população negra. Para as organizações que fazem parte da Coalizão, não há cidadania sem participação da população negra em espaços de poder; não há democracia sem garantias constitucionais à população quilombola e indígena; e não há justiça social sem que as necessidades e interesses de mais de 55% da população sejam plenamente atendidos.

Também em junho, o ministro Edson Fachin determinou a suspensão de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19. Foi, então, julgado e aprovado, pelo Superior Tribunal Federal, o descumprimento de preceito fundamental (ADPF) de nº 635 – na que ficou conhecida como “a ADPF das

Favelas”. A decisão foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, em que o Partido Socialista Brasileiro (PSB) questiona a política de segurança pública do governador Wilson Witzel, que, segundo a legenda, estimula o conflito armado e “expõe os moradores de áreas conflagradas a profundas violações de seus direitos fundamentais”. Como amici curiae da ADPF nº 635, participam as seguintes instituições e/ou organizações da sociedade civil: Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Justiça Global, Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, Movimento Negro Unificado, Instituto de Estudos da Religião (Iser), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Município de Angra dos Reis, Coletivo Papo Reto, Movimento Mães de Manguinhos, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Fala Akari, Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. Pela primeira vez na história, movimentos de favela submeteram sua própria sustentação oral ao STF em um julgamento sobre o tema da segurança pública (HIRATA; GRILLO; DIRK, 2020).

Exemplos desta organização comunitária para ações de solidariedade e articulação política são os gabinetes de crise, como o Gabinete de Crise do Alemão, no Complexo do Alemão, que se estruturou, a partir de vários grupos e coletivos, a arrecadação de alimentos, produtos de higiene e limpeza e a realização de campanhas para prevenção nas favelas; a Frente de Mobilização da Maré, que construiu campanhas de comunicação para prevenção, doação e apoio a dezenas de famílias no Complexo da Maré; o Gabinete de Crise da Vila Kennedy, que, em menor proporção, traçou estratégias para informar a população sobre cuidados e medidas preventivas; e o coletivo Favelas Contra o Coronavírus, uma iniciativa de diversos coletivos de comunicadores comunitários que surge com o objetivo de trazer informações oficiais adaptadas à realidade de moradores de favelas, tirando dúvidas, combatendo notícias falsas e promovendo mobilização (FLEURY; MENEZES, 2020). Além desses, dezenas de coletivos que possuíam distintas atuações comunitárias se articularam para o enfrentamento à pandemia e para a construção de políticas durante a crise sanitária.

A articulação de moradores(as) e profissionais da saúde, por exemplo, foi responsável por inserir a favela e os favelados no debate científico de produção de dados sobre a pandemia do novo coronavírus. Em resposta às denúncias em relação à coleta de dados sobre casos suspeitos, casos confirmados e mortes, por exemplo, e diante da escassez de testes para todos os territórios da cidade do Rio de Janeiro, iniciativas como do Voz das Comunidades, no Complexo do Alemão, e da Redes da

Maré, no Complexo da Maré, passaram a organizar os dados coletados pelas clínicas da família e pelos agentes comunitários para construir painéis para monitoramento dos casos nas favelas e periferias. A partir disso, diferentes coletivos e territórios criaram suas próprias metodologias para acompanhar e quantificar a realidade do vírus em sua população – um exemplo é a campanha Santa Marta Contra Covid-19, que criou um formulário interno para os moradores(as). Dessa forma, moradores(as) passaram a disputar também os dados e as estatísticas da pandemia, criando uma outra imagem da realidade e das necessidades de enfrentamento ao novo coronavírus – e às violações de direitos. Frente a estas iniciativas, a organização Comunidades Catalisadoras (ComCat), que apoia mobilizadores de favelas em suas lutas há vinte anos, desenvolveu uma parceria com dezenas de outros coletivos e organizações, como o Dicionário de Favelas Marielle Franco, e criou o Painel Unificador Covid-19 Nas Favelas. O objetivo principal do painel é apoiar os esforços de prevenção realizados por movimentos comunitários, para informarem seus vizinhos e pressionarem por políticas públicas necessárias, além de fornecer uma visão mais precisa do impacto da pandemia nas favelas. Além disso, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio do Observatório Covid-19 da Fiocruz, também passou a produzir boletins mensais informativos, intitulados “Radar Covid-19 nas Favelas”, buscando sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados. Ou seja, para além da comunicação comunitária, os discursos se construíram importantes estratégias políticas de luta por direitos de cidadania nas favelas e periferias, possível por meio da representação e da articulação política de seus diferentes atores.

Os discursos, em seus (re)enquadramentos sobre a pandemia e sobre as favelas, se constituem como campo de disputa no âmbito institucional, causando determinadas influências na realidade política e possibilitando, inclusive, mudanças institucionais (SCHMIDT, 2008; 2010). É importante ter em conta que os discursos são parte de um contexto em que se desenvolvem. São, assim, parte de uma trajetória que se atualiza, em especial em uma situação de crise, sanitária, política e econômica. Nestas condições, os sujeitos políticos, aqueles que enunciam o discurso, não só preexistem como condição para sua enunciação, como ressignificam suas identidades e coalizões.

Na realidade do Rio de Janeiro, a atuação política das favelas e periferias pode estar mudando o cenário institucional no campo do direcionamento das políticas públicas para estes territórios. Após o assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, mulher negra, “cria” do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, a disputa por

espaços de poder vem sendo fortalecida por representantes de favelas e periferias – e do movimento negro –, desde a Câmara de Vereadores à Câmara dos Deputados. Parlamentares de diferentes inserções políticas e sociais vêm reivindicando o lugar da favela na cidade. A crise causada pela pandemia, e a consequente mobilização de moradores(as) e lideranças comunitárias, trouxe ao cenário outras estratégias para a construção de políticas públicas. No que vem a ser o enfrentamento à pandemia, em julho, um projeto de lei (nº 2920/2020) que viabiliza a parceria entre a Assembleia Legislativa e a Fiocruz para o pleno desenvolvimento do Plano de Enfrentamento da Covid-19 nas Favelas foi aprovado, e contou com a representação de atores sociais de favelas do Rio de Janeiro. Além deste, outros nove projetos de lei em tramitação no estado e no município do Rio de Janeiro tratam da realidade da pandemia nas favelas e periferias e exigem atenção especial às suas populações. Este é um dos resultados da repercussão dos discursos enquanto possíveis mudanças institucionais, a partir do *background* de habilidades ideacionais dos agentes institucionais e do *foreground* de habilidades discursivas dos atores políticos que se entremeiam. Desta forma, para além do momento disruptivo da pandemia, a disputa sobre a realidade da cidade terá que considerar a participação ativa – e potente – de moradores e moradoras de favelas.

5. Considerações finais

Pudemos perceber nesta análise que, frente às diversas sobreposições de desigualdades pré-existentes à pandemia, que demonstram uma clara denúncia às “faltas” do poder público em atenção às favelas e periferias, os discursos traçaram uma linha argumentativa que, primeiro, considera e evidencia o caráter racista e classista das condições de isolamento social e atenção básica – o que é demonstrado pelo posicionamento de atores favelados representantes da mídia comunitária, nos primeiros artigos publicados –, para, em seguida, considerar e analisar as múltiplas dimensões que afetam a vida das populações periféricas já vulnerabilizadas, indo de encontro à análise de outros atores de diferentes realidades e inserções sociais, como pesquisadores(as) e acadêmicos(as). Essas múltiplas dimensões, agravadas pela pandemia, estão relacionadas aos aspectos de gênero, território/moradia e região que ainda reforçam o racismo e seu viés institucional. Ou seja, mesmo se tratando de uma crise sanitária, são as condições materiais de existência que determinam as taxas de letalidade e o impacto da crise sobre o cotidiano e a vida das pessoas.

Partimos da crítica ao enquadramento tradicionalmente realizado por parte da grande mídia e pelo poder público de negação ou criminalização de moradores(as) das favelas e periferias, e mesmo o quadro inicialmente demarcado pela mídia comercial sob o *slogan* de que a pandemia era uma enfermidade “democrática” que atingia igualmente ricos e pobres. Posteriormente, quando a epidemia grassou entre os mais pobres, negros e favelados, a cobertura jornalística aumentou, mas sempre mostrando o lado das carências. Pouca atenção foi dada às potências representadas pelas organizações e solidariedade locais e como este potencial poderia ter sido aproveitado pela política pública no enfrentamento à pandemia. Assim, buscamos identificar o enquadramento feito pelos próprios moradores(as) a respeito da realidade das desigualdades e do enfrentamento à pandemia nas periferias e favelas, considerando o envolvimento dos atores/autores a partir de seus diferentes “quadros primários” – que dependem de sua experiência e suas formas de engajamento, responsáveis pela definição de seu posicionamento na arena pública.

No âmbito das ideias, muitos artigos se posicionam a partir de críticas e denúncias que repercutem debates realizados há tempos por movimentos sociais e lideranças políticas. Ou seja, discursos e representações que afirmam a força das favelas e de seus movimentos de denúncia e atuação política que (re)enquadram o lugar da favela no debate público: para além da ausência, a potência e a transformação. No âmbito do discurso e da sua repercussão, por meio de reforços, legitimações e planos de ação, estas ideias e ações se ampliam e têm a capacidade de serem levadas adiante, na construção de novas propostas e articulações. Por esta razão, também se percebe que os discursos, portanto, estão inerentemente posicionados, como prática capaz de produzir e interferir na arena pública (FAIRCLOUGH, 1995). Isso se dá não apenas pelo alcance dos discursos de moradores e moradoras através dos veículos de mídia comunitária, mas também pelo alinhamento destes discursos por pesquisadores e pesquisadoras dedicados que, em articulações e trocas, repercutem o trabalho realizado pelas lideranças comunitárias e ampliam sua reprodução. Estes moradores e moradoras, na maioria dos casos, estão organizados em redes para, a partir de uma ampla participação coletiva, introduzirem a sua agenda de políticas para combate à crise.

Neste recorte, os atores denunciantes e proponentes partem de um mesmo arcabouço de análise – a existência do racismo estrutural que aprofundará os impactos da pandemia – e, com isso, articulam propostas para superação não apenas desta crise, mas do sistema que viola a população mais pobre e negra. Porém, as formas de apropriação e reprodução desta realidade por meio dos

discursos se dão distintamente, a partir de quem, para quem e por onde estão sendo repercutidos. Percebe-se, ainda, que os jornais da grande mídia/mídia comercial e as revistas acadêmicas privilegiam os discursos já legitimados pela comunidade científica – como professores(as) e pesquisadores(as) –, enquanto as denúncias e análises produzidas por moradores(as) e lideranças comunitárias se restringem a jornais de menor circulação (ou circulação interna), blogs ou redes sociais⁸. Dessa forma, a pandemia ganha novo enquadramento, reformulado em consideração às distintas condições de existência da população das cidades e das múltiplas dimensões que afetam a vida das populações periféricas. Ademais, a construção e a disputa por novos enquadramentos da realidade também trazem uma nova disputa sobre a representação das favelas na cidade, reenquadrando a favela e os favelados como potência política, organizada, mobilizada e transformadora.

Duas argumentações sobressaem nesta análise:

1) Diante das principais medidas preventivas recomendadas mundialmente, o então “vírus democrático”, como outras doenças endêmicas, tinha potencial de impactar negativamente a vida das populações faveladas e periféricas perpassadas pelas mais distintas violações de direitos. A mobilização comunitária se fortaleceu interna e externamente, buscando dirimir os impactos que a pandemia poderia trazer para estas populações já vulnerabilizadas do Rio de Janeiro. Por meio de artigos de opinião, articulações com diferentes atores e divulgações em blogs e redes sociais, moradores(as) e lideranças de favelas e periferias se organizaram para reproduzir denúncias e críticas sobre diferentes formas de atuação e gestão do Estado durante a pandemia. Nas análises da população, o Estado é tido como responsável pelo aprofundamento de políticas de gestão da morte, como falta de acesso à água, falta de acesso ao saneamento básico, falta de acesso à renda básica, falta de acesso à atenção básica à saúde – que impossibilitou a chegada de testes para monitoramento do vírus, por exemplo –, bem como pelo aprofundamento das violências estruturais, como a reprodução das desigualdades, sejam elas de raça, classe ou gênero, que representam a *necropolítica*, exposta pela letalidade de negros e negras pelo vírus, pelas condições de existência e pelas contínuas operações policiais.

2) A construção de uma agenda pública para o enfrentamento da pandemia nas favelas e periferias foi fruto de ampla articulação entre coletivos, redes e instituições acadêmicas. A agenda foi se adensando na mesma medida em que a

⁸ Como escolha metodológica desta análise, centrada à realidade dos discursos das favelas do Rio de Janeiro, a sua reprodução para fora do estado não foi considerada. Neste caso, algumas lideranças de favelas do Rio, através do coletivo Perifa Connection, compartilham uma coluna no jornal Folha de São Paulo na qual reivindicam e reproduzem muitos dos discursos aqui debatidos por outros atores. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php?title=PerifaConnection>. Acesso em: 27 abr. 2022.

articulação técnico-política construiu uma proposta de incidência concreta na política pública. Partindo de uma perspectiva que enquadra a crise atual desde a atualização do racismo estrutural e das políticas de controle e cominação das populações periféricas, construiu-se uma agenda ampla, capaz de incluir ações em múltiplas esferas que afetam as condições de vida das populações. Mais ainda, postulou-se a necessidade de produção de conhecimento da incidência da pandemia nas favelas e a exigência de que fossem suspensas ações que violam direitos humanos e sociais em relação à segurança e às remoções.

Referências

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: FFLCH, 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis**. Harlow: Longman Group UK Limited, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 2 ed. Brasília: Editora UNB, 2008.

FLEURY, Sonia. Desigualdades injustas: o contradireito à saúde. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. especial, p. 45-52, 2011.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 4, p. 267-280, dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**. Volume V. Ética, sexualidade, política. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Frame Analysis**. An Essay on the Organization of Experience. Harmondsworth: Penguin Books, 1974.

HIRATA, Daniel; GRILLO, Carolina; DIRK, Roberto. Apresentação ao relatório Efeitos da Medida Cautelar na ADPF nº 635 sobre as Operações Policiais na Região

Metropolitana do RJ. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Rio de Janeiro – Reflexões na Pandemia, 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy**: Toward a Radical Democratic Politics. London: Verso, 2001.

LEITE, Márcia. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, p. 1-16, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: entrevista a Raquel Goulart Barreto. **TEIAS**: Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12 ed. São Paulo: Editora Pontes, 2015.

SCHMIDT, Vivien A. Discursive Institutionalism: The Explanatory Power of Ideas and Discourse. **Annu. Rev. Polit. Sci.**, v. 11, p. 303-26, 2008.

SCHMIDT, Vivien A. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. **European Political Science Review**, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2010.

SCHMIDT, Vivien; RADAELLI, Claudio. Conceptual and Metodological Issues in Policy Change and Discourse in Europe. **Policy Change and Discourse in Europe**. v. 27, n. 2, p. 183-210, 2004.

Recebido em: 28/04/2022

Aprovado em: 13/06/2022